



NOVOS RUMOS

Edição 6 - Novembro/2007 - distribuição gratuita

A HISTÓRIA DE MATO GROSSO REVISITADA

**O incidente de Juína
envolvendo ativistas
ambientais, fazendeiros
e políticos locais**

**Por que o
Estado ainda
registra atos de
truculência
como este?**

Em terra de coronel não existe lei!

Este talvez seja o título mais adequado para um artigo sobre os fatos ocorridos em Juína, MT, em meados de agosto, quando representantes do Greenpeace e da Opan, estiveram por lá, pacificamente, a fim de documentar o desmatamento de uma área indígena e mostrar como vive o povo Enawene Nawe.

Prefeito e fazendeiros acostumados a mandar

e desmandar segundo seus interesses políticos e econômicos, desrespeitaram vários direitos individuais e coletivos dos cidadãos, entre eles o direito sagrado de locomoção, o livre exercício ao trabalho, o acesso à informação garantido no artigo 5º da Constituição Brasileira, manter em cárcere privado cidadãos de bem, coagir e ameaçar pessoas e impedir a livre manifestação de pensamento.

Os fatos

Com o objetivo de documentar áreas recém-desmatadas e mostrar a convivência de um povo indígena – que vive da agricultura e da pesca – com a floresta e seu papel em preservar a biodiversidade, um grupo de nove pessoas, representantes do Greenpeace e da Opan (Operação Amazônia Nativa), estava de passagem pela cidade de Juína, MT, em direção à Terra Indígena (TI) Enawene Nawe,

Nos dias 20 e 21 agosto, o grupo, acompanhado de dois jornalistas franceses, foi expulso de Juína, no noroeste do Mato Grosso, por fazendeiros e políticos locais.

A área onde está localizada a TI Enawene Nawe está em disputa entre os Enawene Nawe e os fazendeiros da região. Os indígenas reivindicam a reintegração de uma área de pesca cerimonial, fundamental nos rituais sagrados dos Enawene, que teria ficado de fora da demarcação. Os fazendeiros, por sua vez, alegam que a terra é deles e estão dispostos a lutar para mantê-las.

Durante o incidente, o grupo foi levado à Câmara Municipal (20/08), onde em uma sessão rapidamente organizada prestaram esclarecimentos sobre os objetivos

da viagem. Estavam presentes o prefeito da cidade, Hilton Campos; o presidente da Câmara, vereador Francisco Pedroso, conhecido como “Chicão”; o presidente da Associação dos Produtores Rurais da região do Rio Preto (Aprurp), Aderval Bento; vários vereadores e mais de 50 fazendeiros, além da Polícia Militar de Juína.



Esta é mesmo
uma terra onde
os “coronéis”
ditam as leis.



Durante seis horas, os fazendeiros repetiram que a entrada do grupo na terra Enawene Nawe não seria permitida e que seria “perigoso” insistir na viagem. Esmurrando a mesa, o prefeito de Juína, Hilton Campos, afirmou que não iria permitir a ida do grupo para o Rio Preto. Seus colegas fazendeiros aplaudiam fervorosamente.

Para evitar o pior, a viagem foi cancelada. Mas nem isso evitou que os fazendeiros continuassem intimidando e ameaçando o grupo que ficou sob a vigilância de capangas, encarcerados no próprio hotel. Uma viatura da Polícia Militar ficou na área, para impedir qualquer tentativa de invasão, mas não conseguiu impedir que um fotógrafo fosse agredido. Esta é mesmo uma terra onde os “coronéis” ditam as leis.

Na manhã do dia 21, 30 caminhonetes lotadas de fazendeiros, com faróis acessos e buzinando sem parar, escoltaram o grupo até o aeroporto, sob insultos e ameaças. Os ambientalistas e jornalistas foram advertidos a decolar imediatamente, ou o avião seria queimado.

Na mesma semana, o grupo pediu ao Ministério Público Federal a apuração dos fatos e a determinação de providências cabíveis. Desde então, representantes da Opan em Cuiabá, vêm recebendo ameaças por telefone pelo trabalho que desenvolvem junto aos Enawene Nawe.

No episódio, o grupo, além de não poder sair do hotel, recebeu todo tipo de ameaças como: “tem que arrastar um cara desses com a caminhonete; vamos guardar a foto deles, para se acaso um deles

Editorial

Pág. 03

Amazônia, uma região de poucos

Pág. 04

**Mato Grosso:
crescimento e degradação - o desafio
é a sustentabilidade**

Pág. 07

Assim são os maus

Pág. 11

Em terra de coronel não existe lei!

Pág. 12

O nenhum somos nós, cara pálida!

Pág. 14

**A ausência do Estado e o
surgimento da truculência social**

Pág. 17

EXPEDIENTE

Gestão

"Resistência, Trabalho e Dignidade Juntos e Juntas
Nós Podemos Mais"

Presidente:

Gilmar Soares Ferreira

Jornalista Responsável:

Regina Deliberai - DRTE-MT 281

Editoração Eletrônica:

Tiago Osorski de Mattos

Produção:

Pau e Prosa Comunicação
(65) 3664 3300 / 8411 2104
contato@paueprosa.com.br

Rua Mestre João Monge Guimarães, nº 102 - bairro
Bandeirantes - Cuiabá - MT CEP 78.010-160
Fone: (65) 3623 4343 / 0800-654343
Fax: (65) 36234699
sintep@terra.com.br / comunicação@sintep.org.br
www.sintep.org.br

Dedicatória

A Direção do Sintep dedica este número da revista Novos Rumos aos religiosos: Pe. Ezequiel Ramim, missionário italiano que ofereceu sua vida na luta em favor dos índios e sem-terras na região norte de Mato Grosso; e Irmão Vicente Cañas, missionário jesuíta assassinado por lutar em favor



dos indígenas em nosso Estado. A morte destes e tantos outros companheiros e companheiras não foi em vão. O sangue de tantos mártires, fecunda este chão.

Juína - MT, setembro de 2007. Imagens da truculência e do retrocesso

Precisamos situar o episódio aqui refletido neste número da Revista Novos Rumos do Sintep/MT, envolvendo um grupo de ambientalistas no enfrentamento a um conjunto de lideranças políticas locais e representantes do agronegócio e da agropecuária em Juína, Mato Grosso.

Era mais um final de semana no município de Juína, Mato Grosso. Entretanto, algo estava para acontecer a um grupo de companheiros e companheiras ambientalistas que, na missão de colaborar na luta histórica do povo indígena Enawene Nawe em proteger suas terras, sua história e sua cultura, viriam a reviver, por minutos, horas e dias de grande apreensão e agonia, o que muitos outros companheiros e companheiras, num passado não muito distante, já vivenciaram nestas terras mato-grossenses, e muitos e muitas perderam a própria vida, numa luta desigual.

Os acontecimentos daquele final de semana fatídico não podem ser apagados da nossa memória. Porque são um retrato atual do que foi e, em grande parte, continua sendo a história de Mato Grosso: uma terra em que alguns arvoram para si estar acima da lei, do bem e do mal, de ser "o juiz", de determinar quem pode e quem não pode transitar ou viver em determinado lugar.

Por ser este fato revelador de aspectos centrais da história

de Mato Grosso, que os livros didáticos não relatam, o Sintep/MT foi em busca de autoridades no assunto em questão. Autoridades sim, porque são pessoas que acompanharam de perto os sofrimentos de tantos homens e mulheres que na busca por dias melhores de vida, encontraram pela frente o mando e o desmando de alguns poucos que só pensam na ganância da riqueza, na exploração subumana dos trabalhadores, na concentração da terra, na depredação da natureza, no autoritarismo que mata a vida.

Entre essas autoridades, estão Dom Antonio Possamai, bispo emérito de Ji-Paraná em Rondônia, que sofreu na pele o autoritarismo de grandes fazendeiros ao organizar e defender os sem-terras e os índios naquela região.

Também o padre Luiz Bassegio se fez autoridade nessas terras ao trabalhar na organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espaço fundamental de resistência popular nessa imensa região.

Autoridade como o professor Luiz Augusto Passos, que tem dedicado sua vida no apoio à luta popular, nos ajudando a compreender como um pequeno grupo tem tomado de assalto a maior parte dos bens em proveito próprio em nosso Estado, relegando a maioria do povo a viver na miséria e violência e receber como prêmio a morte.

Traz ainda reflexões feitas pelos ambientalistas Fernando Penna, da Opan, Vicente José Puhl, do Formad, e Paulo Adario, do Greenpeace, e do integrante da coordenação nacional do MST, João Pedro Stedile.

A tarefa de cada uma dessas autoridades, ao escrever sobre os acontecimentos em Juína, é nos fazer compreender um pouco mais da história de Mato Grosso. Como se deu o processo de colonização em nosso Estado. Isto para que, ao contar a nossos filhos e filhas eles possam compreender o quanto custou e custa para a maioria do povo o atual modelo de desenvolvimento, baseado no agronegócio e na agropecuária.

Este número da Revista Novos Rumos é dedicado à memória de tantos companheiros e companheiras que deram a vida em favor do povo que sofre as consequências do modelo de desenvolvimento excludente implantado em Mato Grosso. Verdadeiro(a)s educadores e educadoras anônimo(a)s de nosso povo que se desgastaram na esperança de dias melhores.

A Direção

Amazônia, uma região de poucos

Nos dias 20 e 21 de agosto, no município de Juína, norte do Mato Grosso, a sociedade brasileira viu mais um exemplo das práticas de alguns agentes do setor agropecuário que estão se embrenhando na floresta Amazônica. Fazendeiros e políticos dessa cidade impediram a visita de um grupo de ambientalistas, antropólogos e jornalistas à Terra Indígena Enawene-Nawe. O grupo era formado por ativistas do Greenpeace, representantes da organização indigenista Operação Amazônia Nativa (Opan) e por jornalistas internacionais, que pretendiam visitar os Enawene Nawe, com a autorização de suas lideranças.

Pouco depois da chegada da equipe à cidade, três fazendeiros os abordaram querendo saber quem eram e o que estavam fazendo em Juína. Entre os fazendeiros estava o sr. Aderval Bento, que se apresentou como presidente da Associação dos Produtores Rurais do Rio Preto (Aprur). Ele queria saber se a visita do grupo estava relacionada à identificação de uma área pleiteada pelos indígenas, na região do Rio Preto. O presidente da Aprur, que diz possuir terras na região, passou então a dizer que a demanda dos Enawene estaria sendo estimulada pela Opan e passou a criticar duramente a organização. A ele foi dito que o destino do grupo era a aldeia indígena e não a região do Rio Preto.

Como parte do seu trabalho de expor a devastação da Amazônia, o Greenpeace documenta desmatamentos e queimadas em toda a região, o que motivou a passagem pela cidade em direção à terra indígena. O objetivo

da escala em Juína e ida à aldeia Halatakwa era fazer um trabalho jornalístico para mostrar que esse povo indígena - que vive de agricultura e pesca - tem uma convivência sustentável com a floresta e a diversidade biológica, apesar de fazer pequenos desmatamentos para suas roças e barragens provisórias para a captura de peixes. Para isso, o Greenpeace procurou



A ida à aldeia foi autorizada pela liderança indígena



a Opan e pediu a ajuda da organização para contatar os Enawene e organizar a viagem.

A ida à aldeia foi autorizada pela liderança indígena que, em contrapartida, pediu que alguns líderes fossem levados para sobreviver a região onde está prevista a construção de pequenas centrais hidrelétricas que poderão impactar os rios de onde retiram seu alimento. Os jornalistas franceses documentavam ainda o trabalho do Greenpeace e a relação entre a entidade ambientalista e os grupos locais.

Os fazendeiros ficaram ainda mais irritados quando souberam que jornalistas integravam o grupo

que estava no hotel. Foi dito claramente pelo grupo de fazendeiros que eles iriam se opor ao processo de reconhecimento da área e não iriam admitir a perda das terras que dizem ser suas. Foi uma conversa tensa.

O representante da Opan esclareceu que são os indígenas quem reivindicam a reintegração de parte do território tradicional que teria ficado de fora da demarcação feita em 1996, e que contém uma área de pesca cerimonial, fundamental nos rituais sagrados dos Enawene. Os três fazendeiros fizeram comentários que já pareciam conter uma ameaça velada ao representante da Opan.

Na manhã seguinte, o hotel onde a equipe se hospedava foi cercado por mais de uma dezena de fazendeiros, entre eles o presidente da Câmara Municipal de Juína. Eles exigiam esclarecimentos sobre os objetivos da viagem, mais uma vez apresentados em detalhes: a viagem não se destinava à área em disputa, mas à aldeia indígena Halatakwa, situada na TI Enawene Nawe, terra essa já demarcada e homologada pelo governo federal. Os fazendeiros não acreditaram e chegaram a praticar constrangimento físico. O presidente da Câmara, senhor Chicão, exigiu que o coordenador do Greenpeace se identificasse e abandonasse a idéia de ir à terra indígena. Tanto o pedido inusitado de identificação quanto a proposta de abandonar nosso objetivo foram rejeitados por serem descabidos.

O grupo visitante foi intimado pelos fazendeiros e o presidente da Câmara a seguir para a Câmara Municipal, onde uma sessão espe-

cial foi rapidamente organizada. Naquelas circunstâncias, o grupo se sentiu coagido a obedecer para evitar conflitos que inviabilizassem a viagem e aumentassem os riscos a que estão submetidos tanto a Opan quanto os Enawene.

A reunião na Câmara foi longa, tensa – durou cerca de seis horas – e marcada por ameaças diretas ou veladas. Estavam presentes o prefeito da cidade, Hilton Campos, o presidente da Câmara, o presidente da OAB local, o presidente da Aprur, e dezenas de vereadores e fazendeiros. A sessão variou entre um debate e um clima de interrogatório policaresco pleno de ameaças.

Os fazendeiros repetiram que a entrada do grupo na terra Enawene Nawe não seria permitida e que seria “perigoso” insistir na viagem. Foi dito que todas as lideranças locais, a polícia e o Judiciário estavam com os fazendeiros. Esmurrando a mesa, o prefeito Hilton Campos afirmou que os visitantes não eram bem-vindos a Juína e que ele não iria permitir a ida do grupo para o Rio Preto em hipótese alguma, sendo aplaudido fervorosamente pelos colegas fazendeiros. Ele chegou a afirmar que a estrada seria bloqueada, mesmo depois de termos declarado que não era a intenção do grupo identificar a área do Rio Preto.

O senhor Aderval Bento ofereceu como alternativa uma ida à TI Arara, mas não aos Enawene, prosposta que também foi recusada por caracterizar intromissão indevida no direito de imprensa. O presidente da Câmara, sr. Chicão, disse que “se sair a ampliação da terra indígena, o conflito será inevitável”. Várias dessas declarações e ameaças foram gravadas em vídeo e estão disponíveis na Internet com o mesmo nome deste artigo.

Depois de reiterar a nature-

za da viagem, o coordenador do Greenpeace disse que aquela reunião era uma clara demonstração de que o direito constitucional de ir e vir e a liberdade de imprensa não valiam em Juína.

Para evitar maiores conflitos e por estar a ida de barco, que leva mais de seis horas, à TI Enawene Nawe inviabilizada àquela hora, a viagem foi cancelada. O grupo, então, se retirou da Câmara e se dirigiu ao local de encontro com



As autoridades locais agem como verdadeiros xerifes da floresta



os Enawene, uma ponte sobre o Rio Preto a 60 km de distância de Juína, para dar a eles combustível e comida para a sua volta à aldeia e anunciar o cancelamento da viagem. A viagem foi feita sob escolta policial. Mas nem isso evitou que os fazendeiros, que acompanharam a viagem de ida e volta em oito caminhonetes lotadas, continuassem intimidando e ameaçando o grupo visitante.

Ao retornar a Juína, o grupo se dirigiu ao hotel para saldar a conta e partir. Curiosamente, as linhas telefônicas que permitiriam o pagamento com cartão de crédito não funcionavam. O piloto do avião que havia ido buscar a equipe informou pelo celular que teria que decolar antes do pôr-do-sol. A seguir ligou novamente para

avisar que uma pick-up branca havia chegado ao aeroporto vazio, o que lhe pareceu suspeito. Foi recomendado, então, que ele decolasse e voltasse para Vilhena (RO), garantindo assim tanto a segurança do avião quanto a do piloto.

O grupo permaneceu no hotel, de onde não pode sair nem para comer por falta de segurança. Uma viatura da Polícia Militar ficou na área. Os soldados da PM não impediram que um dos fotógrafos da equipe fosse agredido depois de tentar documentar a agressão de um fazendeiro ao indígena Enawene Ameiro, que havia chegado ao local dos fatos para ver o que acontecia. Ameiro integrava um grupo de sete Enawene que estava na cidade em tratativas com o posto local da Funai. Todos foram coagidos pelos fazendeiros, que em seguida invadiram a recepção do hotel, foram contidos e retirados do local por policiais militares.

O grupo visitante foi advertido a não deixar o hotel e partir de Juína o mais rápido possível, o que caracteriza claro constrangimento ilegal, impedimento ao direito de ir e vir e ameaça à integridade física. Para assegurar isso, os fazendeiros fizeram uma vigília em frente ao hotel durante toda a noite. Eles se reuniram no bar em frente ao hotel, onde bebiam e proferiam ameaças e ofensas à Opan, aos Enawene e aos visitantes. O representante da Opan foi intimidado pelos fazendeiros, que proferiam ameaças como “você merecem ser amarrados e arrastados pelas ruas em caminhonete para servir de exemplo”, ou “se sair a demarcação, vocês vão ter que sumir do Brasil, porque vamos achar vocês em qualquer canto”. Ao representante foi dito também que ele não tem sete vidas e deve tomar cuidado. Foi dito pelos fazendeiros que se, os indígenas entrarem no

Rio Preto para pescar, “vai morrer índio lá” e que “qualquer índio que morrer será de responsabilidade da Opan”.

No início da noite, a viatura policial que estava em frente ao hotel se retirou. Preocupado com o fato de que o grupo de fazendeiros não parava de crescer, o coordenador do Greenpeace telefonou ao coronel da PM e pediu ajuda. O coronel se dirigiu ao hotel, tentou tranquilizar o coordenador e disse que Juína era uma cidade ordeira e pacífica. Disse também que seria melhor não sair do hotel e se prontificou a comprar comida para os visitantes. A proposta foi gentilmente recusada, já que caracterizava ainda mais o absurdo da situação, além de confirmar os temores da equipe. Foi solicitado ao coronel apenas a presença de uma viatura policial em frente ao hotel durante a noite, para evitar invasões e agressões por parte dos fazendeiros.

No dia seguinte, por volta de seis e meia da manhã, o grupo, acompanhado por duas viaturas policiais que em tese o protegiam, se dirigiu ao aeroporto. O ritual de expulsão e humilhação ao que o grupo foi submetido incluiu um cortejo de 30 caminhonetes de luxo, entre elas Toyotas e Mitsubishi, lotadas de fazendeiros, escoltando a equipe até o destino final, atravessando a cidade com faróis acesos e buzinando sem parar, enquanto insultavam e ameaçavam os visitantes.

Ao chegar ao aeroporto o grupo foi advertido por fazendeiros a decolar imediatamente, ou o avião seria atacado. A proteção dos visitantes era feita pelos soldados PM, que estavam em número muito inferior aos fazendeiros. Mais tarde o grupo soube que o grupo de Enawene que estava na cidade tentou se dirigir ao aeroporto para dar

apoio aos visitantes, mas a estrada foi bloqueada por caminhonetes. Logo após a decolagem do avião que levava a equipe, os fazendeiros, de volta à cidade, invadiram a sede local da Funai.

O episódio narrado acima ocorria ao mesmo tempo que os governos federal e estadual celebravam a queda das taxas de desmatamento na Amazônia. Seu desfecho, entretanto, mostra que essa queda pouco tem a ver com a presença do governo na região, que é rala ou ainda está muito distante do mínimo necessário, uma vez que as autoridades locais agem como verdadeiros xerifes da floresta e senhores do direito alheio.

É inaceitável que fazendeiros, com o apoio de autoridades locais, cerceiem a liberdade que todo cidadão tem de ir e vir e revoguem a Lei de Imprensa, cassando o direito de jornalistas exercerem sua profissão com segurança. O clima de violência anunciada e as ameaças de morte aos indígenas Enawene e à Opan são preocupantes.

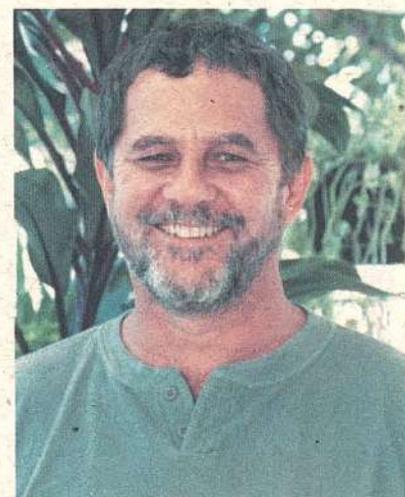
Por isso, foi solicitado ao Ministério Público Federal a apuração dos fatos e a determinação de providências para que os povos indígenas como os Enawene-Nawe e as entidades que os apóiam, como a Opan e a Funai, tenham assegurados o direito à vida, ao trabalho e à defesa de seus interesses. E que a disputa pela terra e pelos recursos florestais em Juína possa ocorrer de forma democrática e pacífica, assegurados os direitos e deveres dos grupos existentes na cidade, respeitada a Constituição Brasileira, pois todos são vítimas de ameaças, em geral vindas dos setores e das pessoas que acreditam estar acima das leis do país.

Lamentamos que o episódio em Juína não seja uma página isolada na triste história de violência que acompanha a presença do se-

tor agropecuário na Amazônia. E reafirmamos que, enquanto o governo federal não se fizer presente em toda a região, a expansão da fronteira agropecuária e a exploração ilegal e descontrolada de produtos florestais ameaçarão permanentemente o direito das populações tradicionais de permanecer em seu território, o direito das entidades ambientalistas de preservar e promover o uso sustentável da biodiversidade amazônica e o direito dos jornalistas de exercer seu papel em liberdade e segurança.



João Pedro Stedile, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Paulo Adario, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace.

©Greenpeace/Isabelle ROUVILLOIS

Mato Grosso: crescimento e degradação - o desafio é a sustentabilidade

Aceitei o desafio de escrever este artigo, primeiro porque a revista e o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep/MT) são símbolos de resistência contra toda forma de monocultura (política e econômica) predominante no Estado de Mato Grosso. Segundo porque esta edição trata de mais um episódio político, de triste memória para os mato-grossenses que valorizam a ética na conduta pessoal e política, ocorrido em agosto de 2007 no município de Juína. Episódio promovido por “produtores”, que mais poderiam ser qualificados como destruidores truculentos, aliados políticos locais que envolveram ambientalistas, indígenas, jornalistas e índios da etnia Enawene Nawe, onde direitos básicos de qualquer cidadão, como ir e vir livremente, foram violados.

Para quem não teve a oportunidade de acompanhar os noticiários, apresento uma síntese extraída das notas públicas da Opan e do Formad, do fato ocorrido entre os dias 19 e 21 de agosto de 2007 em Juína. O Greenpace Amazonas, organização ambientalista, reconhecida internacionalmente, acompanhado de uma comitiva de jornalistas franceses, com apoio da Opan e participação de lideranças dos índios Enawene Nawe, realizariam um sobrevôo na área indígena Enawene Nawe, para verificar os limites de sua terra demarcada. Os jornalistas participariam para registrar a diminuição do desmatamento, anunciado pelo governo, e a vida de uma comunidade que usa e convive em equilíbrio com os recursos naturais utilizando-os ao

longo do tempo para sua alimentação e práticas culturais.

A comitiva foi surpreendida e barrada de realizar o sobrevôo pela ação truculenta de fazendeiros que cercaram o hotel, com suas camionetes de luxo; forçaram com ameaças, a comitiva a se reunir na Câmara de Vereadores, com a presença de diversos políticos, entre eles o prefeito, onde foram forçados a explicar o objetivo da presença, ameaçados e recomendados a abandonar a causa indígena.

A ação truculenta destes fa-

“ Ação
truculenta
destes
fazendeiros e
políticos de
MT não é um
fato isolado ”

zendeiros e políticos de Mato Grosso não é um fato isolado e sim uma prática constitutiva da realidade. Conflitos semelhantes, patrocinados por fazendeiros e políticos, contra movimentos sociais, ONGs socioambientalistas e indígenas são uma constante. Esta prática faz parte do modo de operação dos promotores do modelo de “desenvolvimento” adotado em Mato Grosso, que privilegia e protege uma elite de exploradores dos

recursos naturais em detrimento de um desenvolvimento baseado na inclusão social e no fortalecimento da população local tradicional.

Em 2004, o Formad organizou em parceria com a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (DHESC – Brasil) uma comitiva de relatores que visitou diversos grupos populares que sofrem constantes violações, especialmente do direito ao território. Foi relatada a violação dos direitos do “Quilombo Mata Cavallo”, município de Livramento, onde tem constantes conflitos com fazendeiros que ameaçam e tentam expulsar a força os quilombolas. Os fazendeiros querem tomar o território doado ao quilombo ainda na época das Sesmarias.

Os relatores também registraram a situação do Projeto de Assentamento Liberdade, em Canabrava do Norte, onde durante anos fazendeiros tomaram uma área destinada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para reassentamento dos camponeses retirados de uma área indígena. Os relatores revelaram que ameaças de fazendeiros, respaldados por políticos do Estado, são uma constante. Da mesma forma registraram a truculenta violação do direito ao território dos índios Xavantes da Terra Marãiwat-séde, terra de uso tradicional, que lhes foi devolvida por uma empresa italiana. Por incrível que pareça, até hoje, os índios constantemente são atacados, agredidos e maltratados por parte da população da região, patrocinada por fazendeiros que não devolvem a área, mesmo de-

pois de decisões judiciais em todas as instâncias favoráveis aos índios. Os relatores ainda constataram que os atingidos da barragem de manso não tiveram uma justa indenização pelo seu território, onde foram deslocados da margem do rio, local de terra fértil e de multiuso, para áreas secas e arenosas.

Por fim, testemunharam e relataram diversos casos e constataram que a prática do trabalho escravo em Mato Grosso, promovida por fazendeiros e agronegociantes, é também uma marca e triste recorde no Estado. Segundo dados divulgados pela Rota Brasil Oeste e a Comissão Pastoral da Terra, em 2005 foram libertados nada menos do que 1.411 trabalhadores em situação e condições de trabalho escravo. Isto porque só foram fiscalizados 25% dos casos denunciados ao Ministério do Trabalho.

Essas violações e conflitos têm a ver com a concepção de sociedade e modelo de desenvolvimento que se constrói no Estado. Temos que compreender duas características fundamentais da formação de nossa sociedade. Mato Grosso é um dos Estados com maior população nativa, indígena, do Brasil. Existem 23 diferentes etnias. Por outro lado, recebeu um dos maiores contingentes de migrantes, na década de 70 a população chegou a crescer 700%.

O migrante, via de regra, vindo do sudeste e sul, regiões com alto índice de exploração dos recursos naturais e uso de tecnologias "modernas" na agropecuária e indústria, chegou e encontrou abundância de recursos naturais preservados pelos povos nativos e ocupantes tradicionais. Para os migrantes, essa natureza preservada é um recurso a ser explorado e sua não-utilização era sinônimo de atraso e subdesenvolvimento.

Essa compreensão e concep-

ção diferente de relação com a natureza estão na raiz do conflito que ocorreu ao longo das últimas décadas em Mato Grosso. Os povos indígenas que a rigor são os mais legítimos mato-grossenses foram aos poucos dizimados e encurralados em terras ou reservas.

Os fazendeiros e políticos de Juína, que cercaram o hotel onde estavam hospedados lideranças indígenas, indigenistas da Opan, jornalistas franceses e ativistas ambientais do Greenpeace, recorreram ao método convincente e utilizado ao longo da história de Mato Grosso, para intimidar os que apóiam as causas dos direitos indígenas e ambientais. A truculência e a ação fora da lei sempre foram expedientes dos grandes acumuladores de riqueza de Mato Grosso.

O boom fornece riqueza fácil para os truculentos

Hoje, a sociedade global, planetária e científica reconhece publicamente que as sociedades tradicionais e nativas são detentoras de saberes valiosos, da relação harmônica do homem com a natureza. Há reconhecimento de que estas sociedades estão incumbidas de uma ética socioambiental desejável para toda a humanidade. É provável que muitos fazendeiros e políticos, tidos como promotores do desenvolvimento, sejam lem-

brados na história como os destruidores da oportunidade de um desenvolvimento sustentável para Mato Grosso.

A arrogância com que estes fazendeiros e políticos de Juína trataram os indígenas, os indigenistas, os ambientalistas e jornalistas, em trabalho na região, são reflexos da concepção de sociedade e desenvolvimento que estes atores desejam.

Para estes políticos e fazendeiros de Juína e Mato Grosso, que querem impor a força um modelo monocultural, na produção, e sociocultural, recomendaria a leitura do, interessante estudo realizado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em parceria com a Fundação Ford e a Coordenadoria do Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente (CEX/MMA), coordenado pelo professor e doutor Alfredo Wagner sobre a "Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil". O estudo revela e reconhece o quanto o Brasil é multicultural e identifica a existência de 10 diferentes povos e comunidades tradicionais para além dos indígenas, que se identificam por um modo de vida específico, tais como: faxinais, fundo de pasto, quilombolas, pescadores e pescadoras tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e artesãos, cipozeiros, pantaneiros, etc...

Também recomendaria aos leitores conhecerem a conclusão da pesquisa realizada pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que revela dados impressionantes sobre a destruição a troco de quase nada. "O avanço da fronteira na Amazônia tem sido marcado por degradação dos recursos naturais, violência e por um crescimento econômico rápido, porém não-sustentável na maioria dos municípios da região. De fato, nesse modelo de ocupa-

ção, a economia segue o padrão "boom-colapso". Ou seja, nos primeiros anos da atividade econômica ocorre um rápido e efêmero crescimento na renda e emprego (boom), seguido muitas vezes de um colapso social, econômico e ambiental".

A pesquisa analisou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de dois grupos de municípios da Amazônia. Um grupo com municípios onde o desmatamento é superior a 70% e outro onde o desmatamento é de apenas 5%. A conclusão é impressionante, o IDH de ambos os grupos é praticamente igual. A pesquisa revela que no momento da exploração dos recursos naturais florestais, especialmente a madeira, ocorre o boom e depois o colapso "... no curto prazo, os indicadores econômicos (PIB e emprego) crescem e o IDH é favorecido pela geração de renda e atração de imigrantes. Mas os custos são altos: violência, degradação das florestas e desmatamento. No longo prazo, as regiões muito desmatadas apresentam redução nas taxas de violência e indicadores socioeconômicos inferiores às regiões onde o desmatamento está acontecendo." O boom fornece riqueza fácil para os truculentos através da exploração predatória dos recursos naturais mas gera violência, degradação socioambiental de longo prazo e acaba com a possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

Quem promove e patrocina este boom de crescimento são fazendeiros e políticos que geralmente agem fora da lei, como no caso de Juína. Estes agentes precisam compreender que acima da propriedade privada está o interesse e a responsabilidade socioambiental. Em Mato Grosso, a desobediência civil em relação ao código florestal é muito grande. É preciso que cada proprietário rural e político

compreenda que sobre cada tipo de empreendimento pesam regulamentamentos. Os empresários do turismo, do comércio de combustíveis, e tantos outros têm regras a seguir em seu negócio. O profissional liberal tem um código de conduta a seguir e o produtor rural tem o código florestal a cumprir.

Em Mato Grosso é muito recorrente o ataque de políticos, fazendeiros e agronegociantes às Organizações Não-governamentais (ONGs) acusando-as de estarem a serviço de interesses internacio-

Ataques são contra ONGs de interesse público

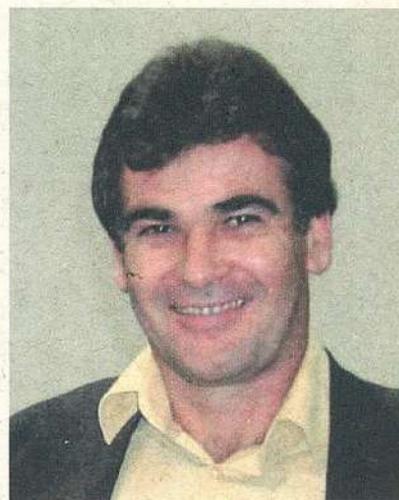
nais. É preciso compreender que o campo das ONGs é muito amplo e diverso. Temos ONGs criadas por políticos, para atender seus interesses, que em alguns casos são éticas. Há ONGs criadas por empresas para cuidar da ação social ou ambiental da mesma. Como temos ONGs, constituídas por cidadãos, profissionais liberais diversos e entre estas há as que são de interesse público, entre as quais se classificam as ONGs articuladas no Formad, que tem um projeto político-educativo e socioambiental definido. São ONGs que defendem interesses públicos, ou seja, que não defendem interesses corporativos do seu quadro social.

Geralmente os ataques dos políticos e empresários são contra estas ONGs de interesse público, que defendem os benefícios e a

qualidade de vida para toda sociedade. Estas questionam o modelo de desenvolvimento que pratica a exploração ilimitada e irracional dos recursos naturais (florestas, fauna, solo, água, minerais...) e neste aspecto contraria interesses privados e privilégios.

Estas ONGs praticam uma solidariedade cidadã, trabalham a autonomia dos grupos sociais, para desenvolver com eles um projeto de sociedade com equidade social, econômica, política, racial, de gênero, geração e sustentabilidade ambiental. Um projeto que democratize o acesso aos recursos naturais, que garanta boa qualidade de vida para todos e todas.

Os políticos, fazendeiros e empresários que defendem privilégios e benefícios para uma parte da população, combatem a atuação dos movimentos sociais e das ONGs questionadoras do modelo predatório de desenvolvimento e por isto fazem ataques. É muito importante que o conjunto da sociedade compreenda a diferença entre as ONGs e movimentos sociais e os motivos dos conflitos, para se posicionar favorável aos interesses públicos.



Vicente José Puhl, filósofo, mestre em educação pública e meio ambiente, coordenador regional da FASE/MT e membro da coordenação do Formad.

Notas

1 Operação Amazônia Nativa, organização indigenista da sociedade civil sem fins econômicos, com 38 anos de atuação em Mato Grosso e Amazônia Legal.

2 Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, fundado em 1992, conta com a participação de 42 organizações socioambientais de Mato Grosso.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, B. Alfredo Wagner. Projeto nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Brasília, 2007, 10vol.

CELESTANO Danielle, VERISSIMO Adalberto. O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso/. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007.44p

CPT. 2006. Conflitos no campo Brasil 2005. Coordenação:

Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José

Batista Gonçalves Afonso. Goiânia: CPT Nacional. 264 p.

DHESC-Brasil. Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Informe 2004, Rio de Janeiro, 2005

FORMAD. Caderno Mato Grosso sustentável e democrático, Cuiabá, MT,2006.

Rota Brasil Oeste. 2007. Mato Grosso lidera casos de libertação de trabalhadores escravos no país. Disponível em <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1765/trabalho-escravo> Acesso em 30/10/2007.

SCHLESINGER Sérgio. O grão que cresceu demais. A soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.Rio de Janeiro: FASE, 2006,76p.

THUSWOHL Maurício, Desmatamento volta a crescer na Amazônia, Carta Maior 25/10/2007

Comparação dos Conflitos no Campo (1997-2006)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	195	152	277	174	366	495	659	752	777	761
Ocupações	463	599	593	390	194	184	391	496	437	384
Acampamentos					65	64	285	150	90	67
Total Conf. Terra	658	751	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212
Assassinatos	29	38	27	20	29	43	71	37	38	35
Pessoas Envolvidas	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250
Hectares	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348
Conflitos Trabalhistas										
Ocorrências de Trabalho										
Escravo	17	14	16	21	45	147	238	236	276	262
Assassinatos				1				2		3
Pessoas Envolvidas	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075	7.707	6.930
Ocorrências de Superexploração e										
Desrespeito Trabalhista	49	56	28	33	25	22	97	107	178	136
Assassinatos	1	5					2			1
Pessoas Envolvidas	24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos						14	20	60	71	45
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas						14.352	48.005	107.245	162.315	13.072
Outros ***										
Nº de Conflitos	12	279	69	50	129				52	2
Assassinatos		4								
Pessoas Envolvidas	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104				43.525	250
Total										
Nº de Conflitos	736	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657
Assassinatos	30	47	27	21	29	43	73	39	38	39
Pessoas Envolvidas	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801
Hectares	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

*** Outros: registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Sindicais, e em Áreas de Garimpo. No ano de 2006 foram registrados somente Conflitos em Tempos de Seca.

Assim são os maus

A notícia percorreu o país inteiro. Foi também para o estrangeiro. Que notícia? O relato da truculência dos poderosos, protegidos por forças policiais, que proibiram a luta dos pequenos. Estes querem com justiça ter parte nas riquezas nestas terras de Mato Grosso. Lutam pela globalização da solidariedade. Porém, toda vez que clamam, suas vozes são sufocadas com o emprego dos mais retrógrados instrumentos.

Vale a pena buscar inspiração na Escritura Sagrada. O salmo 73 nos relata que este comportamento arrogante dos poderosos é muito antigo. Vejam como ele descreve seus métodos: “Para eles sofrimento não existe. Sadio e bem nutrido é seu corpo; não sofrem as labutas dos mortais... Como colar os cinge de orgulho, como veste os envolve a violência... transbordam as ambições do seu coração. Zombam, falam com malícia, com soberba ameaçam de cima...”

Mais adiante, assim fala o salmista: “De certo, tu os pões num chão escorregadio e assim os fazes cair em ruína. Como ficam, reduzidos a escombros num instante!” Esta passagem faz-me lembrar o fim da vida de um famoso fazendeiro desta Amazônia. A doença o impedia de comer. Morreu de fome! Justamente ele que, com o emprego de métodos violentos acumulou fazenda a fazenda, privando muitos pobres do necessário para matar a fome. E morreu com esta angustiante pergunta: “Quem irá administrar estas terras? Às vezes o castigo para os ambiciosos acontece ainda em vida! É a realização do que ensina o salmo 73.

Esta nossa região tem uma triste história da ganância e de violência de poderosos; da cobertura de autoridades para que os grandes grileiros possam agir livremente; da impuni-

dade que garante a liberdade para prosseguir com sua arrogância. Tem também uma tradição, que quase se tornou lei de passarem impunes. E fica a pergunta que tantas vezes ouvimos: “Até quando continuarão acontecendo fatos tão vergonhosos de perseguição a todos os que defendem os injustiçados?”

Os recentes fatos nos podem fazer perder a esperança. De uma terra onde são absolvidos conhecidos delinqüentes; de uma terra onde esta história de engavetamento de processos porque atingem pessoas que usam gravata e colarinho branco, tudo se pode esperar. Cito aqui apenas alguns exemplos que nos devem fazer refletir: No dia 24 de julho de 1985 perto de Juína, no município de Aripuanã foi assassinado o Pe. Ezequiel Ramim, missionário comboniano, atuante na diocese de Ji-Paraná. Por quê? Simplesmente porque estava a favor dos direitos dos povos indígenas e dos sem-terra. Sua voz profética incomodava. Era pedrinha no sapato de latifundiários. Era necessário tirar esta pedra. E a arrancaram da forma tradicional: contratar pistoleiros. Estes são peritos na arte de servir os gananciosos. Até hoje os mandantes estão livres, como de costume. Poucos anos depois, perto de Juína, foi assassinado o Irmão Vicente Cañas, missionário jesuíta, porque defendia ao índios Enawene Nawe no seu direito à terra. Os mandantes, conhecidos, já foram punidos? Pe. Balduino, missionário jesuíta entre os índios canoieiros, foi violentamente torturado em plena viagem na região. Havia a cobertura de delegados da Polícia Civil. Justiça não foi feita. Os criminosos do Paralelo 11 até hoje não foram punidos. E a impunidade garante mais atos de violência. E os

semeadores de roupas e alimentos envenenados sobre aldeias indígenas para que desaparecessem e a terra ficasse livre para os fazendeiros ou colonizadoras? Tudo está acobertado pela lei da impunidade. E tudo isto e muito, muito mais foi acontecendo. Os recentes fatos de Juína são mais uma demonstração de que a história do triunfo dos poderosos, acobertados pelos poderes da República irão se repetindo. Até quando? Até o dia em que o pequeno acreditar no pequeno. Até o dia em que o silêncio dos pequenos cessar e suas vozes estourarem os ouvidos dos poderosos; até o dia em que os sindicatos reassumirem sua razão de ser; até o dia em que nossas escolas formarem para a cidadania; até o dia em que a grande mídia deixar de estar a serviço do sistema neoliberal e fizer uma corajosa opção pela verdade; até o dia em que... É tanta coisa que deve mudar nesta nossa atual história! A mudança desta história está na mão dos despossuídos, dos marginalizados. Foi sempre assim e assim deverá ser até o dia em que o Reino de Jesus, que é o Reino da justiça seja implantado em nossa terra.



Dom Antônio Possamai, bispo emérito de Ji-Paraná

Em terra de coronel não existe lei!

Este talvez seja o título mais adequado para um artigo sobre os fatos ocorridos em Juína, MT, em meados de agosto, quando representantes do Greenpeace e da Opan, estiveram por lá, pacificamente, a fim de documentar o desmatamento de uma área indígena e mostrar como vive o povo Enawene Nawe.

Prefeito e fazendeiros acostumados a mandar

e desmandar segundo seus interesses políticos e econômicos, desrespeitaram vários direitos individuais e coletivos dos cidadãos, entre eles o direito sagrado de locomoção, o livre exercício ao trabalho, o acesso à informação garantido no artigo 5º da Constituição Brasileira, manter em cárcere privado cidadãos de bem, coagir e ameaçar pessoas e impedir a livre manifestação de pensamento.

Os fatos

Com o objetivo de documentar áreas recém-desmatadas e mostrar a convivência de um povo indígena – que vive da agricultura e da pesca – com a floresta e seu papel em preservar a biodiversidade, um grupo de nove pessoas, representantes do Greenpeace e da Opan (Operação Amazônia Nativa), estava de passagem pela cidade de Juína, MT, em direção à Terra Indígena (TI) Enawene Nawe,

Nos dias 20 e 21 agosto, o grupo, acompanhado de dois jornalistas franceses, foi expulso de Juína, no noroeste do Mato Grosso, por fazendeiros e políticos locais.

A área onde está localizada a TI Enawene Nawe está em disputa entre os Enawene Nawe e os fazendeiros da região. Os indígenas reivindicam a reintegração de uma área de pesca cerimonial, fundamental nos rituais sagrados dos Enawene, que teria ficado de fora da demarcação. Os fazendeiros, por sua vez, alegam que a terra é deles e estão dispostos a lutar para mantê-las.

Durante o incidente, o grupo foi levado à Câmara Municipal (20/08), onde em uma sessão rapidamente organizada prestaram esclarecimentos sobre os objetivos

da viagem. Estavam presentes o prefeito da cidade, Hilton Campos; o presidente da Câmara, vereador Francisco Pedroso, conhecido como “Chicão”; o presidente da Associação dos Produtores Rurais da região do Rio Preto (Aprurp), Aderval Bento; vários vereadores e mais de 50 fazendeiros, além da Polícia Militar de Juína.



Esta é mesmo
uma terra onde
os “coronéis”
ditam as leis.



Durante seis horas, os fazendeiros repetiram que a entrada do grupo na terra Enawene Nawe não seria permitida e que seria “perigoso” insistir na viagem. Esmurrando a mesa, o prefeito de Juína, Hilton Campos, afirmou que não iria permitir a ida do grupo para o Rio Preto. Seus colegas fazendeiros aplaudiam fervorosamente.

Para evitar o pior, a viagem foi cancelada. Mas nem isso evitou que os fazendeiros continuassem intimidando e ameaçando o grupo que ficou sob a vigilância de capangas, encarcerados no próprio hotel. Uma viatura da Polícia Militar ficou na área, para impedir qualquer tentativa de invasão, mas não conseguiu impedir que um fotógrafo fosse agredido. Esta é mesmo uma terra onde os “coronéis” ditam as leis.

Na manhã do dia 21, 30 caminhonetes lotadas de fazendeiros, com faróis acessos e buzinando sem parar, escoltaram o grupo até o aeroporto, sob insultos e ameaças. Os ambientalistas e jornalistas foram advertidos a decolar imediatamente, ou o avião seria queimado.

Na mesma semana, o grupo pediu ao Ministério Público Federal a apuração dos fatos e a determinação de providências cabíveis. Desde então, representantes da Opan em Cuiabá, vêm recebendo ameaças por telefone pelo trabalho que desenvolvem junto aos Enawene Nawe.

No episódio, o grupo, além de não poder sair do hotel, recebeu todo tipo de ameaças como: “tem que arrastar um cara desses com a caminhonete; vamos guardar a foto deles, para se acaso um deles

voltarem aqui". Para citar apenas algumas das ameaças verbais.

A Simbologia das agressões

O fato ocorrido revela que em Juína, MT, a lei é determinada pelos poderosos da região. Concretamente atentaram contra diversos dispositivos constitucionais do nosso país. Apenas no artigo 5ª da Constituição Brasileira que dispõe sobre os direitos e deveres individuais e coletivos os "coronéis de Juína" cometeram diversos crimes como: a violação da honra e ima-

Fatos devem ser condenados e receber o repúdio da sociedade civil

gem das pessoas, o livre exercício do trabalho de qualquer profissão, o acesso à informação, a manifestação do pensamento e o direito sagrado à livre locomoção em território nacional. Isso tudo sem contar o crime de cárcere privado.

A ação dos fazendeiros e políticos de Juína foi um atentado criminoso que impediu o grupo de realizar um documentário sobre a contenção ou não do desmatamento na região. Tema em pauta no mundo todo que contribuiria em muito para o avanço da cons-

ciência de preservação da nossa natureza tão lembrada em tempos de aquecimento global.

A naturalidade com que os princípios básicos da ordem e da lei foram desrespeitados constitui-se numa afronta à luta pela democracia em nosso país; de fato pesquisadores e estudiosos foram transformados em foragidos por ameaças de quem confia na impunidade e busca usufruir vantagens através dela.

O fato revelou também qual é a concepção de desenvolvimento da truculenta burguesia local onde o que vale é desmatar a região e acabar com a floresta tendo como único objetivo produzir para exportar e lucrar. É um erro grosseiro e um atentado às culturas originárias da região supor que os modos tradicionais de vida e produção são sinônimos de atraso; além do mais, é mais um crime perante a Constituição, que garante aos índios, em seu 231º artigo, o direito às terras tradicionalmente ocupadas por eles, às terras utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Deve-se denunciar com toda a veemência a inaceitável atitude dos fazendeiros que contam com o apoio das autoridades locais, inclusive do prefeito. Estes coronéis do século 20 agem como senhores absolutos da terra de Deus e se julgam acima do bem e do mal.

Semelhantes fatos devem ser condenados e receber todo o repúdio da sociedade civil, já que perante a Lei somos todos iguais e

ela foi feita para todos sem distinção de credo, raça ou cor. É dever de todos observá-las. A sociedade exige reparação, os culpados devem ser julgados.

Por outro lado. Cabe às autoridades competentes vigiar e dar proteção a todas as pessoas que estão sendo ameaçadas pelos fazendeiros com a cumplicidade das autoridades locais. A Lei foi feita para todos e como tal deve ser observada. Isso antes dos grandes telejornais noticiarem a morte de mais uma pessoa de bem a serviço da justiça e igualdade de direitos.



Luiz Bassegio, secretário do Serviço Pastoral dos Migrantes – CNBB – e do Grito dos Excluídos Continental

O nenhum somos nós, cara pálida!

Assisti, dia 18 de outubro, um vídeo de marketing de um grupo de Biotecnologia (!) americano que tem como proposta inusitada, argumentos convincentes para venda da Amazônia. Mostrava imagens cruéis do desmatamento, queimadas das florestas explicando, sucintamente, o aquecimento global, a crise de água, oxigênio e da vida, no planeta. Alertava que os países, hoje, responsáveis pela Amazônia, não possuem quaisquer condições políticas de poder geri-la. Ela é, afirmava, reserva estratégica de longo alcance para a vida no planeta terra. Todo o investimento em sua sustentabilidade terá retorno certo e compensador. E, apelava: “Una-se à nossa campanha: nos ajude a comprar a Amazônia!” Aparecia a vinheta com o nome do grupo. Cena final. O coordenador da campanha volta com a frase derradeira: “Pense nisso: a Amazônia não pertence a nenhum país, ela pertence ao mundo”.

O nenhum - somos nós, cara pálida! Até ontem, entretanto, a defesa da Amazônia soaria como uma fanfarrice bizarra e quixotesca do Greenpeace. Hoje, a defesa do meio ambiente não promovida por causa da sustentabilidade das sociedades, nem pelo ambientalismo daqueles que dizem promovê-la, trata-se, na maioria das vezes, – outra vez – de estratégia de recuperação do mercado. O mercado, em cheque pelos grandes abalos sísmicos, tsunamis, maremotos e tufões, fenômenos que se mostram inclementes não apenas com as populações pobres, negras, orientais e ribeirinhas, tem também dizimado aplicações financeiras em armamento, estruturas

de investimento em biotecnologia, em desenvolvimento nuclear, além de pôr em caos o campo das informações e do controle. O capital deu-se conta de que está instalado sob um barril de pólvora prestes a estourar, sem lógica, e, quiçá, sem sobreviventes. As imagens, os relatórios, as previsões mitigadas das conseqüências do aquecimento global, estão ainda sob sigilosa censura, para que não causem pânico. O alerta de que as queimadas farão, na próxima dé-



Maltratar a Amazônia é acender o pavio prestes a se incendiar



cada, Cuiabá inabitável, com 8% de umidade no ar, e três vezes acima do limite da suspensão de produtos voláteis tóxicos no ar, parece inacreditável. O vampirismo do capital desenha para si mesmo, e para todos e todas, a possibilidade de sua própria extinção. E, em poucos lugares estes interesses têm tanta reverberações como em nosso Estado, Mato Grosso.

Dizia eu, há três meses, com bem menos consciência do que tenho hoje, de que o projeto de diminuição da área da Amazônia legal, e a destinação da área pan-

taneira ao canal significava não apenas uma mentira geográfica, mas o envenenamento catastrófico do ar. O absurdo do consumo de 13 litros de água doce, para obter um litro de etanol, tendo como subproduto 12 litros de vinhoto, é crime associada com burrice. Isto, somado à erradicação da biodiversidade pela monocultura, que se estenderia ao cerrado, mata e pantanal feriria de morte o que nos sobra de vida. Abriria espaço devastador ao carvão, ao capim, soja, algodão e às termoeletricas. Maltratar a Amazônia é acender o pavio prestes a se incendiar: legitimando definitivamente a tutela da Amazônia, promovendo a expropriação justificada dela e, obviamente, embargo de acesso nosso aos seus recursos, por crime ambiental contra a humanidade.

A empresa de tecnologia deixava claro a que vinha. O zelo e o cuidado, o pretenso ambientalismo alegado nos argumentos, mostravam a sanha delinqüente do capital que disputava tanto o revestimento da floresta e do cerrado, como seu subsolo, argumentando, já de início, que nós, os brasileiros, continuávamos bárbaros, carecendo da guarda internacional dos países práticos, superiores politicamente, racionais e pacíficos.

Pacíficos, para quem? O medo ancestral ao caos, antigamente se escondia sobre o nome de comunismo; hoje, se esconde no aquecimento global, argumento que tem funcionado na cultura internacionalizada do capital, como instância para a guerra. No Oriente Médio, o petróleo, aqui a exploração terminal da Amazônia. Em 1958, eu tinha 12 anos,

e nunca esqueci, meu pai falando que “contrato de risco” do Brasil com os americanos sempre terminava assim, eles ficavam com o “contrato”, e nós, com o “risco”! A planetarização do desenvolvimento sustentável funcionará, na boca torta do capitalismo, como arma contra nós: seremos nós, em qualquer arranjo, os responsáveis últimos pela barbárie expressa pela madeira que sai do Brasil, e que acaba exportada para países no exterior. De forma que, a denúncia da ausência de cuidados ecológicos, derrubadas, queimadas, emissão de gases tóxicos, na região da mata, cerrado e pantanal, é argumento falacioso para ocultar a real apropriação de nossas reservas para pesquisas de germoplasma; bem como controle e registro de patentes sobre nossos recursos, em escala acentuada. Sobra-nos ainda, de quebra, a imposição de pacotes biotecnológicos de transgênicos, consumo à revelia de agrotóxicos proibidos em países que buscam qualidade de vida, campo de experimentação de medicamentos alterados em princípios ativos expressos, pilhagem de riquezas minerais, e, sobretudo, lugar – também - de depósito de lixo tóxico, produzido pelas empresas de celulose, siderurgia e tantas outras.

O capital não muda! Congenitamente, cego e perverso o capital não mede as consequências funestas para depois: o capital não tem amanhã. Hoje, o seu presentismo, o seu agoreísmo – não quer deixar nada para depois – sobrevive às custas de matar qualquer esperança.

Vale perguntar: sobrará alguma esperança para nossas lutas?

A esperança numa geopolítica brasileira terá que ser orquestrada com uma geopolítica com os países latino-americanos, do terceiro

e do quarto mundo: enfim, todos os prejudicados, as grandes massas sobrantes! A esperança terá que inventar outro Estado. Precisar-se-á dele para negociar políticas-públicas-



E urgente, como nunca, revisar nossos conceitos políticos



de-estado que superem a fragmentação e a instabilidade de políticas de governos, ainda que as últimas sejam paliativas e necessárias. As políticas maiores não poderão, todavia, viverem de arbítrio e de improviso, nem poderão, em momento algum, estar separadas da prática da cidadania no cotidiano, no trabalho, nas escolas, nas fábricas, nas ruas, referenciada à luta, causa e à vida dos oprimidos.

Boaventura Souza Santos tem preconizado a democracia de alta intensidade. Saulo Rodrigues e Silvio Caccia Bava chamam atenção que, a partir da década de 90, o próprio Banco Mundial definiu que não interessava mais o Estado mínimo, ou o Estado fraco. Justamente porque os grupos privados mostraram que, à minimização do Estado ou ao seu colapso, os níveis de recursos, qualidade de vida, e, sobretudo, a violência arbitrária ampliava em níveis assustadores, com abusos que em muito superaram os serviços antes estatizados.

O que tem ocorrido na Amazônia, tanto o desrespeito aos

direitos civis e ao estado democrático de direito, é por ausência do estado e de partidos independentes. Boaventura Santos, de novo, menciona que à economia pertence os bens que têm preço; e à política, à ética e à cultura pertencem os bens que não têm preço. Contudo, o colapso da política para a economia abriu flanco para interesses de grupos.

Mais do que isso, permitiu que os verdadeiros representados permaneçam invisíveis - comprem para os ‘representantes’, voto a voto, cadeiras do parlamento, das instâncias jurídico-políticas e, ao mesmo tempo, controlam redes de informação e controle e redes de comunicação, rádios e de televisões. Controlam hoje as chamadas Rádios Comunitárias num novo coronelismo. Não nos enganemos, as grandes concessões públicas de comunicação não pertencem a deputados e senadores, que se tornaram, freqüentemente, testas-de-ferro e laranjas de grandes grupos econômicos e corporações empresariais, grande maioria delas, operam para redes privadas nacionais e internacionais, que alugaram instâncias institucionais administrativas e jurídico-políticas, no país, para defesa dos seus interesses.

Parece-me que criamos, no Brasil, em Mato Grosso e em Cuiabá, o que vou chamar de doença auto-imune na/da política vigente. Explico. O normal, no organismo humano, é que, toda vez que tenhamos invasão de proteínas estranhas, bactérias, fungos, leveduras nossos mecanismos de defesa, - entre eles, os mais importantes, os linfócitos T (matadores) entrem em ação e as destruam, não permitindo que elas assumam o ‘controle’ de nosso ambiente interno, nos levando à falência. Mas, nas doenças auto-imunes nossas defesas funcionam ao revés. Des-reconhe-

cem nossos tecidos, e entram em ação, com 'fogo amigo', matando nossas defesas, por dentro. O sistema imunológico volta-se contra nós. O que parecia vir a campo para nos defender, nos mata.

Analogicamente, estou convencido, que por ingenuidade ou por estratégia, toda vez que defendemos a institucionalidade legal e legítima da democracia representativa no país, fortificamos um arremedo de democracia, uma democracia antipopular, antipatriótica, que tem enterrado, definitivamente, o Brasil e matado a cidadania dos brasileiros. Fenômeno similar ocorre na inteligência dos vírus, a exemplo, o HIV. O vírus promove uma desprogramação da síntese de proteínas, e quando aumentamos o trabalho de defesas, eles produzem mais vírus, em formas mais resistentes e em velocidade acelerada.

É preciso dizer, contudo, que não há destino fechado de que isso sempre precise ser assim. A terra é lugar da história. E urgente, como nunca, revisar nossos conceitos políticos, entre estes, o de Estado. Foi bom, enquanto durou, carimbar de modo clássico como aparece numa certa leitura prejudicada de Lênin, na qual o Estado é anômalo e vilão, genotipicamente, e por natureza. Como se houvesse no mundo humano, uma natureza-natural (pleonasma!), original e prévia da política, que viesse negá-la como cultura que sempre é: resultado da artesanaria, de condições materiais e superestruturais – a um só tempo inseparáveis –; fruto, portanto, das condições históricas concretas! Gramsci avança ao pensar o Estado, sublinha Antônio Máximo, como resultado do movimento de luta e de hegemonia entre classes sociais, e, portanto, como aberto à guerra de posições e movimento, que o redefine pelo alinhamento

e negociação de forças e interesses de grupos, também os interesses da chamada sociedade civil. O problema da política, efetivamente, não é o Estado. É o divórcio crônico dele, dos interesses da sociedade civil e, dos interesses dos setores incluídos na miséria, na fome, na invisibilidade e reduzidos ao silêncio. Há que, criar o Estado se não existisse. Retomá-lo como forma e centro da luta política viva, nunca como instância objetiva e engessada, nem como instância predestinada, fatalmente, a nos devorar.

Não existe em política – feita por humanos somente – nenhum organismo substantivo, preternatural, que tenha existido antes de nós. Nenhuma fatalidade, nenhum desvio originário, nenhuma natureza prévia que não seja fruto da luta de todos e de cada qual.

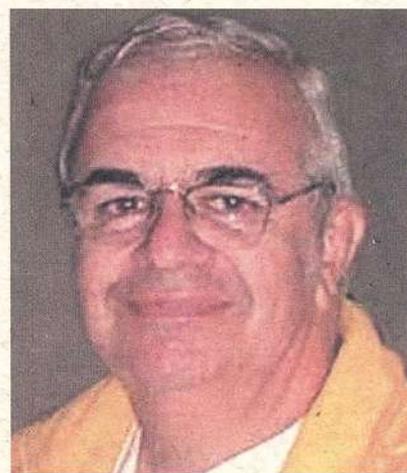
O perigo maior, já acenado, historicamente, por Spinoza, é quando nos fizeram acreditar que era legítimo e ético abrir mão de fazer política, sugerindo transferir nosso poder de fazê-la para um outro que a fizesse, por nós, nos termos da democracia representativa. Aqui começa efetivamente o caos. Eu diria, que ali se parturizou a corrupção, a imoralidade e a violência política que espanca, assassina, mata e legítima com o aparato legal e o discurso ideológico.

A cidadania, entre nós, carece de ação política, e que precisa desaguar em duas vertentes combinadas: o controle de Estado através de políticas públicas; e de povo, na rua, nos conselhos, na gestão no controle do Estado. A cultura dominante, o governo, o parlamento e o Judiciário, hoje, apostam que a única democracia possível é esta que aí temos: esta vergonhosa predestinação à fatalidade da miséria da política! Há um mal-estar na sociedade brasileira e latino-americana, com o embuste de sua

representação, mal-estar salvador! Onde não vemos doença, não se trata a enfermidade. Há tarefas inadiáveis para todos na construção da democracia viável.

Disseram, certa ocasião, que Jesus, numa avaliação crucial do fim de sua vida histórica – morte na cruz – supliciado, aliás, pelo poder político e religioso mancomunados –, não teria dito, como consta nos Evangelhos: “Pai, perdoai-lhes por que eles não sabem o que fazem”. Tal frase fora um erro grave da “imprensa” daquele tempo, realizada pela transcrição entusiasmada dos evangelistas. O que Jesus mesmo teria dito – e sofreu lapso de memória dos cronistas era: “Pai, perdoai-lhes, porque eles não fazem o que sabem!”

Imagino, que do patíbulo, numa fração de segundo, o olhar de Jesus deve ter encontrado o olhar de cada um de nós, avaliou, fechou os olhos, e confiante apostou no que viu: nos passou a vez e a história que já se antecipa a cada segundo, na luta dos oprimidos, e que muito ainda está por vir. Quem viver, verá!



Luiz Augusto Passos, professor adjunto UFMT, coordenador Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE); colaborador Grupo Pesquisador de Educação Ambiental (GPEA)

A ausência do Estado e o surgimento da truculência social

As regiões norte e noroeste do Estado de Mato Grosso, Brasil, têm sido um palco de lutas, conflitos e mortes desde o primeiro ciclo da exploração da seringa (*hevea brasiliensis*) iniciado no ano de 1870. As narrativas dos sobreviventes indígenas tornaram conhecidas as guerras contra os povos Rikbaktsa, Kayabi, e os massacres contra os povos Irantxe, Cinta Larga e inclusive o envenenamento por arsênico de um grupo de pessoas do povo Tapayuna, já na década de 1960. Contra o povo Cinta Larga, tornaram-se notórios os massacres do Paralelo 11 e Juína Mirim, também ocorridos nesta mesma década.

Posteriormente, vieram as estradas que foram interligando locais mais distantes e isolados, surgiram os projetos de colonização, sempre com incentivos fiscais, que facilitaram a implantação da pecuária e da agricultura. Além destas, houve de forma desordenada, ilegal e conflituosa uma longa história da exploração de diamantes e ouro que não respeitou limites ou fronteiras para se estabelecer. Em todos os caminhos havia povos indígenas, sociedades livres que foram atacadas, sem exceção, pelo trabalho compulsório, pelas guerras, massacres e pelas doenças infecto-contagiosas que foram dizimando indistintamente todos os povos indígenas de Mato Grosso.

Os números não deixam dúvidas: no início da década de 1970, dos 38 povos de Mato Grosso, apenas o povo Xavante possuía mais de 250 pessoas.

De algumas destas sociedades sobravam apenas remanescentes, como foi o caso dos Umutina, Arara, Guató e Myky. Naquela época em Mato Grosso, não restavam dúvidas, 38 etnias estavam em franco processo de população. O total da popula-

“ Não houve a preocupação em formular estratégias ”

ção indígena vivendo nas aldeias não passava de seis mil em todo o Estado de Mato Grosso.

Com o passar do tempo, erros e acertos foram se consolidando na construção do que é hoje o Mato Grosso. Um Estado extremamente rico por suas potencialidades, mas que convive com contrastes e dilemas. As terras que abrigam a diversidade ambiental e cultural são as mesmas que guardam reservas minerais, ou as que podem aumentar a área agricultável do país. As possibilidades de desenvolvimento para o Estado são diversas e muitas delas antagonicas. O binômio preservar e desenvolver é possível, mas para isso se faz necessária a presença do Estado e da sociedade

na formulação e fiscalização de políticas públicas.

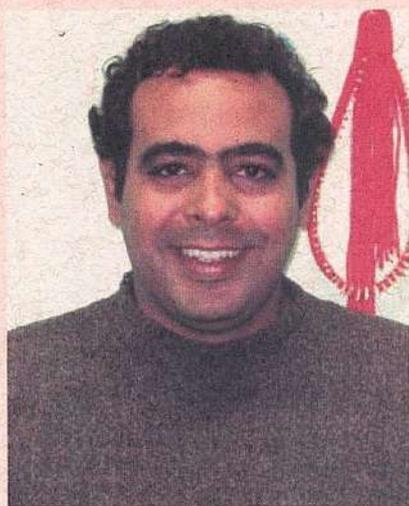
Boa parte das tragédias que ocorreram desde o início da colonização de Mato Grosso poderia ter sido evitada se o Estado não tivesse deixado os cidadãos que para cá vieram e os que aqui habitavam, sujeitos a sua própria sorte. Pessoas que acreditavam ser possível construir a prosperidade em novas terras foram colocadas diante de habitantes que entendem ser esta região seu território tradicional. Onde uns viam a possibilidade da criação de novos espaços de prosperidade, outros pressentiam o começo da destruição. Não houve a preocupação em formular estratégias que amenizassem esse atrito.

Nesse aspecto, a atuação do governo é importante por seu papel mediador, formulador e executor de políticas. A falta do aparato do Estado cria ambientes propícios para o surgimento de “governos paralelos” que na maioria das vezes tem como princípios não os conceitos democráticos, mas sim sua força financeira, política e bélica e a forma truculenta de se expressar. Na prática, os grupos de maior poder econômico acabam impondo seus desejos, restando aos cidadãos comuns aceitarem situações que contradizem as leis do Brasil e ofendem os princípios democráticos vigentes no país.

Não se trata de dividir o mundo entre os pobres bons e os ricos maus. É preciso que a população sinta que vive em ambiente de igualdade de direitos. As regras precisam ser

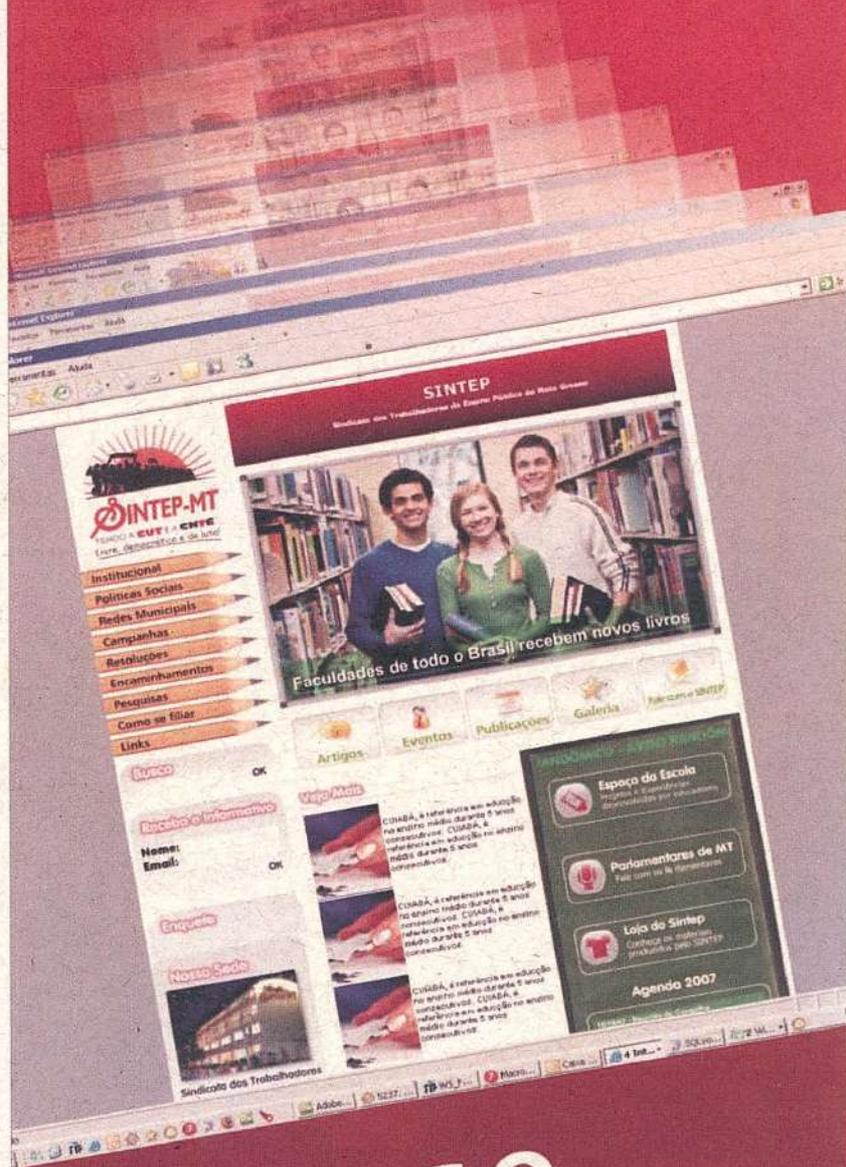
claras para que todos possam trabalhar dentro da legalidade para o crescimento do Estado. A pluralidade de pensamentos e modelos para o desenvolvimento de Mato Grosso só aumentam as possibilidades de sucesso e não podem ser tratadas como trincheira. Cabe ao Estado, mediar os interesses e assegurar o cumprimento das leis.

Diante da dúvida sobre quem é responsável por certas definições e na ausência de políticas públicas que possibilitem o crescimento da sociedade no seu conjunto surgem a desordem e o atraso. A partir da maior presença do Estado, da formulação e execução de políticas que contemplem possibilidades de desenvolvimento e de justiça social para os diferentes grupos que compõem a população mato-grossense poderá ter fim um ciclo antigo de violência, mortes e tristezas e ter início um período de prosperidade e paz social. Mato Grosso merece essa oportunidade, merece ver antigos sonhos tornarem-se realidade.



Fernando Penna, jornalista e coordenador técnico da Operação Amazônia Nativa (OPAN)

Conheça o novo site do SINTEP



Acesse

www.sintep.org.br



Sugestões de leitura, filmes e sites para pesquisa

Vítimas do Milagre - O desenvolvimento e os índios no Brasil, do antropólogo americano Shelton Davis, Zahar Editores, 1978.

Conflitos Agrários no Brasil 2006, editado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O levantamento reúne dados sobre conflitos pela posse da terra no Brasil e contabiliza os assassinatos nesse contexto.

Avaeté - semente da vingança, filme brasileiro de 1985, ficção, dirigido por Zelito Viana. Sinopse – O filme faz referência ao massacre dos índios cinta-largas ocorridos no Brasil.

Terra dos Índios, filme brasileiro de 1979, dirigido por Zelito Viana. Sinopse - Documentário sobre a luta dos grupos remanescentes indígenas no Brasil pelo restabelecimento da posse de suas terras. Entre eles, estão os Cainganges, Cadieu, Caiuá, Cajabi e os Xavantes. O filme é dividido em três partes: “Eu fui nascido e criado aqui”, “O índio como negócio” e “Nosso documento é tradição”.

<http://www.cptnac.com.br/> - Comissão Pastoral da Terra (CPT)

<http://www.cimi.org.br/> - Conselho Indigenista Missionário

<http://www.reporterbrasil.org.br/> - Repórter Brasil

<http://www.oitbrasil.org.br/> - Organização Internacional do Trabalho

http://www.socioambiental.org/home_html - Instituto Socioambiental (ISA)

<http://www.reporterbrasil.com.br/listasuja/resultado.php> - Lista suja do trabalho escravo

Temas campanha salarial

2007- Qualidade na Aprendizagem com Promoção Profissional. Piso Salarial R\$1.050,00 Já

2006- Quem planta, colhe.

2005- Tá na cara. Mato Grosso não melhora para todo (a)s

2004- Mato Grosso enriquece, mas os educadores empobrecem. Assim não dá!

Diretoria Sintep/MT

Resistência, Trabalho e Dignidade Juntos e Juntas Nós Podemos Mais Gestão 2006 – 2009

Presidente	Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande)
Vice-Presidente	Maria Aparecida Arruda Cortez (Várzea Grande)
Sec. Geral	Marli Keller (Cuiabá)
1ª Secretária Geral	-
Sec. Finanças	Orlando Francisco (Cuiabá)
1ª Sec. Finanças	Maria Helena Wagner (Barra do Garças)
Sec. Infra-Estrutura Sindical	José do Carmo (Comodoro)
Sec. Adj. Infra-Estrutura Sindical	Silvio Sérgio Paccini (Denise)
Sec. Org. Sindical	-
Sec. Adj. Org. Sindical	Luiz Benedito Prina (Jangada)
Sec. Form. Sindical	Lúcia de Lourdes Gonçalves (Cáceres)
Sec. Adj. Form. Sindical	Edna Mahnic (Primavera do Leste)
Sec. Políticas Educacionais	-
Sec. Adj. Políticas Educacionais	Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)
Sec. Comunicação	Divanez Alves Correia (Porto Alegre do Norte)
Sec. Adjunta De Comunicação	Benedito João de Santana (Cuiabá)
Sec. Artic. Sindical	Ednilson Albino de Carvalho (Cuiabá)
Sec. Adj. Artic. Sindical	Carlos Alberto Nunes da Cruz (Mirassol D'Oeste)
Sec. Funcionários Educação	Jocilene Barbosa dos Santos (Alta Floresta)
Sec. Adj. Funcionários Educação	Maria da Piedade C. L. Moraes (Barra do Garças)
Sec. Redes Municipais	Júlio César Martins Viana (Colíder)
Sec. Adj. Redes Municipais	Marinalva Almeida D. Duarte de Souza (Barra Do Garças)
Sec. Políticas Sociais	Antonio Carlos de Amorim (Barão de Melgaço)
Sec. Adj. Políticas Sociais	Maria Celma de Oliveira (Rondonópolis)
Sec. Ass. Juríd. Legislativos	Vânia Maria R. Miranda (Várzea Grande)
Sec. Adj. Ass. Juríd. Legislativos	Orlando dos Santos (Cuiabá)
Sec. Seguridade Social	Jupé Pereira da Silva (Rondonópolis)
Sec. Adj. Seguridade Social	-
Sec. Cultura	Alvani Batista de Almeida (Cuiabá)
Sec. Adjunta De Cultura	Vitor Ten Caten (Nova Xavantina)
Sec. Adm. Sindical	Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira)
Sec. Adj. Adm. Sindical	Antônio Marcos C. Silva (Itiquira)
Diretores/As Regionais	Pólos Regionais
Ricardo de Assis (Poconé)	Oeste I
José Alcides Gil (Cáceres)	Oeste II
Sandro Luís Laseux (Comodoro)	Oeste III
Paula Cristina Barbosa Gonçalves (Colíder)	Nortão I
Dirceu Blanski (Alta Floresta)	Nortão II
Antônio Cândido da Silva (Cláudia)	Nortão III
Isac Pintor (Juara)	Nortão IV
Bartolomeu Basili Belmonte (Rondonópolis)	Sul I
Doralice Vieira de Castro (Jaciara)	Sul II
Carlito Pereira da Rocha (Juína)	Noroeste
Antônio Márcio P. Ramos	Médio Norte I
Miriam Botelho Petrenko (Rosário Oeste)	Médio Norte II
Omar Cirino de Souza (Barra Do Garças)	Leste I
Ana Lúcia Antonia da Silva (Ribeirão Cascalheira)	Leste II
Alex Ferreira da Cruz (Luciara)	Leste III